

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 10 de dezembro, celebramos o Dia Internacional dos Direitos Humanos, com a comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Quero, citando Yulo Oiticica, grande referência de luta pelos direitos humanos na Bahia, parabenizar a todos e a todas que são defensores desta importante pauta, que possui uma infinidade de aspectos que precisam ser priorizados.

Na Bahia, no dia 11 de dezembro, teremos uma audiência com o Ministério Público para tratar do assassinato de 64 pessoas no Município de Santo Antônio de Jesus, na explosão de uma fábrica de fogos que funcionava em regime análogo ao da escravidão. Participarão, além de Oiticica, atualmente Superintendente de Políticas Territoriais e Reforma Agrária da Bahia, o Vereador Suíca, o Deputado Estadual eleito Jacó, além de membros do Movimento 11 de dezembro e do próprio Ministério Público.

A luta do Movimento 11 de Dezembro é para que o Estado brasileiro garanta a reparação dos danos morais e materiais causados. Já se completaram 20 anos do caso. Vale lembrar que, no mês passado, em outubro do ano em curso, a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou recurso para levar à Corte o caso da explosão da fábrica clandestina de fogos de artifícios.

A Corte negou o agravo interposto pela defesa de Osvaldo Prazeres Bastos, dono da fazenda na Jueirana, onde ficava a fábrica de fogos que explodiu, e suas filhas Helenice Fróes Bastos Lyrio e Adriana Fróes Bastos questionaram a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), que não permitiu o recurso extraordinário ao processo, ou seja, que a questão fosse decidida no STF. Sem embargo da Justiça, o dono da fábrica, Osvaldo Prazeres Bastos, continuou a manter a produção clandestinamente.

A situação de pobreza do Município obrigava a população a se submeter a trabalho extremamente perigoso. Além do risco, os trabalhadores recebiam salários ínfimos. Na época, por exemplo, conta-se que eram pagos 50 centavos

pela produção de mil traques (pequenos pedaços de pólvora embrulhados em papel). A explosão da fábrica de fogos resultou em quatro processos judiciais, nas áreas cível, criminal, trabalhista e administrativa. Contudo, até agora, prestes a completarem 20 anos, só os processos administrativos e trabalhistas foram encerrados, sem, no entanto, garantirem reparação justa às vítimas da explosão.

Do ponto de vista nacional, temos uma situação de séria ameaça aos direitos humanos, com Bolsonaro à frente do Poder Executivo. A pregação da violência e dos retrocessos acerca de pautas relacionadas ao combate ao racismo, à violência contra as mulheres e aos direitos da população LGBTI+ e contra os movimentos populares em geral nos coloca frente a uma conjuntura difícil, com a necessidade de organização e de luta.

Os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos trazem a oportunidade de lembrar que não estamos tratando de privilégios, mas de direitos básicos para cada ser humano, em qualquer lugar do mundo. Isso inclui a construção do respeito, da igualdade e de justiça social, principalmente quando deparamos com notícias relacionadas às desigualdades, a exemplo da volta da extrema miséria e do agravamento da pobreza no País. Segundo o IBGE, em apenas 1 ano, o Brasil passou a ter 2 milhões de pessoas em situação de pobreza. Já a população na condição de pobreza extrema, os que vivem com menos de 1,9 dólar por dia, segundo o SIS, aumentou em 13%. Era de 13,5 milhões e saltou para 15,3 milhões no mesmo período. Do total de 207 milhões de brasileiros, 7,4% estavam abaixo da linha de extrema pobreza em 2017. Em 2016, quando a população era estimada em cerca de 205,3 milhões, este percentual era de 6,6%.

Quero lembrar a prisão política de Lula, cujo processo jurídico já foi questionado até mesmo pela ONU, no que tange aos direitos humanos. Sem provas, o Judiciário brasileiro segue mantendo Lula encarcerado, numa clara mobilização política e, diria, até mesmo mórbida. Lula, por diversas vezes,

provou sua inocência, provou que sofre perseguição política. Não tenho dúvida de que seria Presidente do Brasil, caso sua liberdade fosse garantida. Os militantes sociais deste País não descansarão até que a justiça seja realmente feita.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.